

PÁG 2

No Planejamento Estratégico, associadas definem nova bandeira e listam metas para a Abraceel em 2023

PÁG 3

Cenários político, econômico e tecnológico oferecem oportunidades ao mercado elétrico, mas empresas devem ter atenção

PÁG 7

Em reunião técnica com equipe do MME, Abraceel antecipa contribuições para abertura da baixa tensão

PÁG 9

Grupo Técnico oferece sugestões para a operacionalização dos novos critérios de autorização de comercializadores

PÁG 11

Abraceel na Mídia

PÁG 12

Curtas

PÁG 17

E o Congresso?

PÁG 19

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## No Planejamento Estratégico, associadas definem nova bandeira e listam metas para a Abraceel em 2023

### Matéria em 1 minuto:

- Após ampla discussão e técnicas de interação em processo conduzido por Donato Filho (Volt Robotics), associadas definem manutenção das três bandeiras vigentes, com aprimoramentos, e adicionam quarta diretriz para a Abraceel de eficiência e inovação no mercado;

- No segundo dia do Planejamento Estratégico, foram listadas as metas para as quatro bandeiras que a associação trabalhará em 2023;



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Abraceel contará com quatro bandeiras em 2023, além de atualização do escopo das três diretrizes vigentes até então.

- 1. Abertura e crescimento do mercado**
- 2. Segurança e sustentabilidade do mercado**
- 3. Formação de preço**
- 4. Eficiência e inovação do mercado**

As definições foram aprovadas na reunião de Planejamento Estratégico da Abraceel, realizada nos dias 03 e 04.11, em Florianópolis. O encontro contou com participação de cerca de 100 pessoas de 60 empresas diferentes.

As decisões foram fruto de amplo debate entre as associadas presentes, em processo conduzido por Donato Filho (Volt Robotics), que estimulou os representantes das empresas a refletirem sobre as necessidades atuais e futuras do mercado de energia. Toda a moderação contou com técnicas de interação que contribuíram para o processo decisório.

No segundo dia do encontro, as associadas listaram metas para as quatro bandeiras que a associação trabalhará no ano que vem. As bandeiras e metas definidas serão operacionalizadas por meio de um plano de ação elaborado pela Diretoria da Associação, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.



## Cenários político, econômico e tecnológico oferecem oportunidades ao mercado elétrico, mas empresas devem ter atenção

### Matéria em 1 minuto:

- Ângela Oliveira (Abraceel), Ricardo Amorim (Ricam) e Mário Veiga (PSR) analisam transformações em curso derivadas do resultado eleitoral, situação econômica nacional e internacional e avanços da tecnologia para suportar a descarbonização global;

- Frederico Rodrigues (Abraceel) analisou a evolução das três bandeiras da associação, definidas no último planejamento estratégico, e Diogo Mac Cord (EY) apresentou um resumo do estudo realizado para a abertura de mercado;

- Em processo conduzido por Donato Filho (Volt Robotics), associadas discutiram forças e fraquezas, bem como oportunidades e ameaças presentes, para a discussão das bandeiras e metas da Abraceel para 2023.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

O Planejamento Estratégico da Abraceel, nos dias 03 e 04.11, em Florianópolis, foi marcado por palestras e discussões que, mais do que definirem bandeiras para a associação, permitiram aos representantes das empresas associadas refletirem sobre forças e fraquezas da Abraceel e também oportunidades e ameaças no mercado.

O evento contou com três blocos principais distintos. O primeiro foi composto por palestras que contribuíram para as empresas associadas refletirem sobre mudanças em curso no Brasil e no mundo, avaliando impactos variados no setor elétrico.

Ângela Oliveira (Abraceel), Ricardo Amorim (Ricam) e Mário Veiga (PSR) apresentaram análises de cunho político, econômico e tecnológico. Em seguida, Frederico Rodrigues (Abraceel) apresentou uma atualização da evolução das bandeiras que orientam a atuação da associação. E, fechando esse ciclo, Diogo Mac Cord (EY) apresentou um resumo do estudo feito pela consultoria sobre a abertura completa do mercado de energia.

O segundo bloco, conduzido por Donato Filho (Volt Robotics), promoveu dinâmicas para que as associadas opinassem sobre diversas questões relevantes no mercado elétrico e, após interações, questionamentos e votações, foram indicadas as bandeiras da associação, que cresceram e ganharam novo escopo e abordagem (*veja matéria nessa edição*).



O terceiro bloco, no segundo dia do evento, permitiu aos participantes indicarem sugestões de metas para a associação, que serão detalhadas e operacionalizadas por um plano de ação definido pela Diretoria e aprovado pelo Conselho.

**Cenário político** - Na sua palestra de cenário político, Ângela Oliveira apresentou um cenário da composição do Congresso Nacional após o processo eleitoral deste ano e as configurações possíveis no relacionamento com o Poder Executivo. Se a distribuição das bancadas partidárias deixa evidente que grupos políticos ligados ao atual presidente Jair Bolsonaro obtiveram resultados muito positivos e a maioria das cadeiras, o vencedor Luís Inácio Lula da Silva tem condições de atrair alguns partidos e compor estrategicamente com eles para aprovar matérias.

Na Câmara (99 deputados) e Senado (14 senadores), o PL, partido do atual presidente Jair Bolsonaro, assumiu o maior número de cadeiras. Em seguida, a federação PT-PCdoB-PV tem a maior bancada com (80 deputados e 9 senadores). Para conseguir montar base no Senado, o Poder Executivo deverá apostar em senadores que não se colocaram como oposição ao governo, em especial, do PSD. Como cenário, o próximo presidente deverá trabalhar fortemente para montar uma ampla base no Congresso como um todo, para que seja possível avançar com as agendas próprias.

**Cenário econômico** – Ricardo Amorim (Ricam) avaliou a evolução dos indicadores macroeconômicos no Brasil e no mundo, apontando para fatores que se colocam como oportunidades para o país. Enquanto a inflação no mundo está elevada e em aceleração, no Brasil está relativamente controlada e com perspectiva de diminuição.

O país, da mesma forma, apesar de ainda contar com desemprego mais alto em relação a nações desenvolvidas e emergentes, está ampliando a criação de postos de trabalho e não enfrenta pressão inflacionária causada pela baixa quantidade de trabalhadores disponíveis para preencher as vagas existentes. Para ele, o Brasil reúne fatores que não estão presentes em conjunto em outras nações: ser emergente e contar com potencial de crescimento, com grande mercado consumidor e estabilidade geopolítica.

Outras duas oportunidades, apontou Ricardo Amorim, estão relacionadas ao potencial de geração renovável brasileiro e de benefícios com a digitalização dos processos.

**Descarbonização e tecnologia** – Mario Veiga (PSR) explicou que o Brasil reúne oportunidades gigantescas com o processo global e acelerado de redução das emissões de carbono, necessário para substituir energia fóssil por elétrica onde for possível, mas também produzir combustíveis renováveis. Esse processo, no entanto, virá de um movimento forte de desenvolvimento e inserção tecnológica em muitas frentes. Hidrogênio, amônia, certificação, criptografia, block chain, novos modelos de negócios e a expansão

do mercado livre, com o protagonismo do consumidor, foram temas analisados pelo consultor.

Veiga explicou que ter acesso e relacionamento com o consumidor será crucial e que novos dispositivos relacionados à gestão da energia estarão cada vez mais presentes nas residências. Empresas de setores diferentes, como bancos e varejo, vão oferecer energia na carteira de produtos e serviços. Ele explicou que o Brasil ainda tem o desafio de modernizar o modelo e criar competição no setor elétrico, com gestão de riscos mais descentralizada e expansão da oferta via sinais de mercado.

**Estudo abertura de mercado** – Diogo Mac Cord (EY) explicou que o estudo constatou que risco de sobrecontratação é muito baixo e, mesmo que venha a se materializar em alguma ocasião, há mecanismos de gestão vigentes, definidos em lei, para as distribuidoras reduzirem o estoque de contratos de energia, garantindo equilíbrio econômico e financeiro e segurança jurídica para o processo de abertura do mercado, defendida para ocorrer em janeiro de 2026. Além disso, o estudo sugere a criação de novos instrumentos que podem “aumentar a potência” da gestão contratual das distribuidoras, permitindo reduzir o estoque de contratos ainda mais, quando necessário.

Diogo explicou que a abertura do mercado elétrico, incluindo outras questões que orbitam a liberalização, é a última reforma regulatória do setor de infraestrutura depois da aprovação de novas regras para telecomunicações (2019), saneamento básico (2020), gás natural (2021), cabotagem (2021) e ferrovias (2021). É recomendável promover uma reorganização setorial conferindo novo papel para as distribuidoras, que ficarão “mais leves”, com maior foco no negócio principal delas e flexibilidade para a gestão do portfólio.

**Bandeiras da Abraceel** – Frederico Rodrigues (Abraceel) explicou a evolução das bandeiras atuais da associação. Sobre abertura de mercado, a tramitação do PL 414/2021 no Congresso Nacional perdeu fôlego após ganhar força no início do ano, mas ainda há possibilidade de passar no Poder Legislativo este ano, embora não se possa contar com isso. No MME, o processo infralegal de abertura avançou, com possibilidades de avanço. Questões como sobrecontratação das distribuidoras foram esclarecidas.

Sobre segurança de mercado, a associação segue oferecendo à governança pública propostas para aperfeiçoar o monitoramento da alavancagem, em linha com a experiência de mercados mais desenvolvidos. Já sobre formação de preços, propostas da Abraceel para aperfeiçoar a governança foram adotadas e a associação promoveu nivelamento e ampliação do conhecimento sobre estudo da Engie sobre modelo de formação de preços por oferta.





## ALGUMAS FOTOS DO EVENTO



## Em reunião técnica com equipe do MME, Abraceel antecipa contribuições para abertura da baixa tensão

### Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com área do MME responsável pela CP 137/2022, Abraceel reforça que risco de sobrecontratação das distribuidoras é mínimo caso cronograma seja antecipado para janeiro de 2026 para todos os consumidores;
- Abraceel reforçou também que há amparo legal e jurídico para a abertura integral do mercado de energia por meio de portaria;
- A expectativa do MME, caso não haja nenhum tema novo nas contribuições, é concluir avaliação técnica nas próximas semanas e encaminhar ao ministro.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 01.11, a Abraceel se reuniu com Gustavo Manfrim, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do MME, e a equipe responsável pela Consulta Pública 137/2022, sobre abertura de mercado para consumidores da baixa tensão. A Associação antecipou para os técnicos do MME os principais pontos inseridos na contribuição da associação e conclusões do estudo realizado pela consultoria EY.

Inicialmente, a Associação reforçou que é mínimo o risco de sobrecontratação das distribuidoras caso a abertura total do mercado de energia seja antecipada para janeiro de 2026, afirmação embasada também no estudo da consultoria EY, que aponta cenário de subcontratação para as distribuidoras a partir de 2026.

Sobre eventual impacto na CDE com a migração de consumidores para o mercado livre e a consequente compra de energia renovável incentivada com subsídios, a Abraceel mostrou que os benefícios econômicos da abertura são superiores aos custos da manutenção do incentivo – o benefício líquido é positivo em R\$ 119 bilhões. Isso sem prejuízo da necessária revisão de todos os subsídios que impactam o desenvolvimento do mercado.

MME e Abraceel também avaliaram o cenário de votação do PL 414/2021. A Abraceel pontuou que a abertura de mercado via infralegal reorganizou e reforçou o apoio dos agentes do setor para a aprovação da matéria no Congresso Nacional. Isso porque, há no setor, apoio condicionado ao prévio endereçamento legislativo de soluções consideradas essenciais para a abertura completa do mercado elétrico.

A equipe do MME informou que trabalhará para analisar as contribuições rapidamente e, se não houver nenhum aspecto novo, concluir a avaliação e os trabalhos técnicos já nas próximas semanas, encaminhando então o tema para o ministro.





### **Abraceel envia contribuição ao MME convicta de que sobrecontratação não será um problema**

A Abraceel enviou no dia 01.11 sua contribuição sobre a abertura do mercado de energia para a baixa tensão na Consulta Pública 137/2022 do MME. Na proposta, a associação enfatizou que é fundamental a definição de um cronograma de abertura total do mercado a fim de se evitar futuras contratações de energia desnecessárias no ACR. Também são oferecidas sugestões sobre supridor de última instância, alocando essa função, inicialmente, para as distribuidoras. Além disso, a Abraceel reforça que há total amparo legal e jurídico para a abertura integral do mercado de energia por meio de portaria. A contribuição completa está disponível no site da Abraceel, na área de contribuições e notas técnicas. A versão com destaque de alterações em relação à minuta anteriormente divulgada foi enviada por e-mail, para facilitar a visualização das contribuições das associadas e alterações realizadas.





## Grupo Técnico oferece sugestões para a operacionalização dos novos critérios de autorização de comercializadores

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel irá propor que os requisitos de patrimônio líquido e capital social para enquadramento em tipo 1 e 2 sejam atendidos pelo grupo econômico;
- Em outra proposta, foi demandado que o balanço patrimonial auditado seja enviado até o mês de julho, devido ao prazo que as auditorias das empresas levam para finalizar esse documento;
- Associação sugere também que vigência de novos procedimentos de comercialização seja iniciada a partir das datas de implementação de cada tema estabelecido em resolução.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Em cumprimento à Resolução Aneel 1.014/2022, que trata dos critérios de entrada, manutenção e saída de agentes do mercado de energia, a CCEE propôs alterações nos Procedimentos de Comercialização (PdCs) para adequar as diretrizes estabelecidas na resolução. Breve síntese das propostas está disponível em [edição anterior](#) do Relatório Semanal da Abraceel.

A Aneel analisou as propostas da CCEE e instaurou a Tomada de Subsídios 19/2022, objeto da reunião do Grupo Técnico da Abraceel realizada no dia 01.11, que contou com participação de 90 colaboradores das empresas associadas.

A Aneel sugeriu que a atualização monetária seja realizada tanto no capital social de R\$ 2 milhões para classificação dos comercializadores como tipo 2 quanto para o patrimônio líquido de R\$ 10 milhões para classificação como tipo 1, com data base de maio/2022, início da vigência da REN 1.014/2022. As associadas demonstraram apoio a esse ponto.

Em relação à proposta de que os requisitos de PL e capital social devem ser atendidos individualmente tanto pela matriz quanto por cada filial do comercializador, as associadas demonstram preocupação com a proposta, já que muitas vezes as empresas possuem filial para atender uma situação específica de um consumidor em um determinado estado, sendo interessante que seja analisado o cumprimento do requisito pelo grupo econômico.



Vale ressaltar que, em 2014, a Procuradoria da Aneel apontou em parecer que filial e matriz não possuem personalidades jurídicas distintas e que, por isso, a autorização do agente comercializador é concedida para a sociedade empresarial. “A jurisprudência ressalta que o fato de cada estabelecimento possuir CNPJ próprio não afasta a unidade patrimonial da empresa”.

Nesse sentido, a Abraceel irá sugerir que os requisitos de PL e de capital social sejam atendidos pelo grupo econômico. Na mesma linha, será proposto que uma comercializadora que atua no atacado e no varejo não tenha de comprovar PL diferente para cada agente. Isso porque, muitas vezes, possuem o mesmo CNPJ. Outra demanda é que o balanço patrimonial auditado seja por matriz e não por CNPJ de cada matriz/filial.

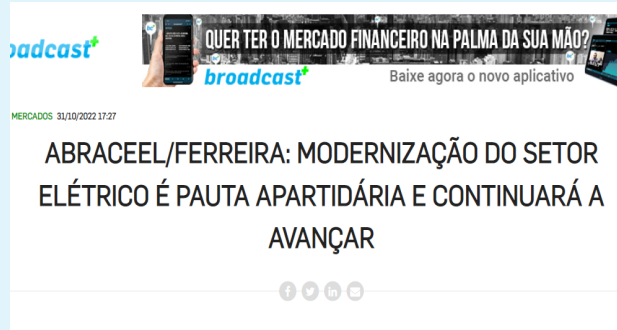
Em relação ao envio do balanço patrimonial auditado, a CCEE propôs que seja enviado até abril de cada ano. Contudo, as empresas associadas ponderaram sobre a dificuldade que as empresas terão em cumprir esse prazo porque, no geral, os documentos são finalizados pela auditoria posteriormente ao mês de abril. A sugestão é que o documento seja enviado, em um primeiro momento, no mês de julho.

Em relação à alteração societária, é proposto que qualquer alteração seja comunicada à Aneel e à CCCE antes do registro no órgão competente. Na contribuição, Abraceel solicitará que seja detalhado qual órgão competente deve tratar o assunto.

Por fim, em relação à vigência dos novos PdCs com adequação à REN 1.014/22, será destacado a importância que a vigência seja a partir das datas de implementação de cada tema estabelecido na referida Resolução. A [apresentação realizada](#) na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações Exclusivas”.



# ABRACEEL NA MÍDIA



**ABRACEEL/FERREIRA:  
MODERNIZAÇÃO DO SETOR  
ELÉTRICO É PAUTA APARTIDÁRIA E  
CONTINUARÁ A AVANÇAR**

**I broadcast**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**ASSOCIAÇÕES PEDEM SUSPENSÃO  
DE CONSULTA SOBRE LEGISLAÇÃO  
DO GÁS NATURAL CANALIZADO NO  
CEARÁ**

**I Mega What**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### Dois anos depois, Aneel deve deliberar melhorias no MVE

No dia 08.11, a Diretoria da Aneel irá deliberar em reunião pública sobre o resultado da Consulta Pública 72/2021, que irá disciplinar o repasse tarifário dos produtos mensais e plurianuais do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). A Abraceel contribuiu nessa CP e defendeu nos últimos anos sua deliberação célere. Essa CP é fundamental para a eficácia do MVE, uma vez que discute como será feita a apuração dos resultados das distribuidoras e seu repasse tarifário, o que tem influenciado diretamente no interesse do segmento, nas negociações e na atratividade do mecanismo. Vale lembrar que em cinco oportunidades neste ano, o MVE foi realizado, mas não teve negociações. Vale lembrar a história dessa CP, antiga AP 25/2019. Em 2020, foi publicada a REN 904/2020 com a previsão dos produtos mensais e plurianuais no MVE, bem como o aumento da frequência de processamentos dos produtos existentes, para trimestrais, semestrais e anuais. Para esses produtos existentes, em 2021 já havia sido aprovada a metodologia de cálculo dos efeitos tarifários do MVE. Para os produtos mensais e plurianuais, a resolução determinou que não fossem operacionalizados enquanto não ocorrer definição da metodologia dos efeitos tarifários do MVE, o que está próximo de acontecer, mais de dois anos depois.

### CCEE quer maior antecedência na divulgação de alterações nos modelos



No dia 28.10, a Abraceel se reuniu com a conselheira da CCEE, Talita Porto, e o gerente executivo de preços, modelos e estudos energéticos, Rodrigo Sacchi. O objetivo foi debater as principais questões já discutidas pelo Grupo Técnico da Abraceel com relação à CP 43/2022 da Aneel, sobre governança na formação de preços. A CCEE se mostrou alinhada com os principais pleitos da Abraceel e informou que está reunindo semanalmente sua equipe técnica para discutir essa consulta pública. As contribuições da Câmara, disse, serão validadas em breve com o Conselho da instituição, o que não foi impedimento para adiantar algumas percepções iniciais. Uma delas é sugerir maior antecedência para alterações em modelos satélites que têm impacto maior. Outra preocupação é com a simples indicação para uma informação entrar na formação de preços, ainda que não completamente homologada. A Abraceel enviou sua minuta de contribuição para as associadas e recebe sugestões até o dia 09.11, quarta-feira. No dia seguinte, 10.11, às 15h será realizada reunião do Grupo Técnico para discutir o assunto.



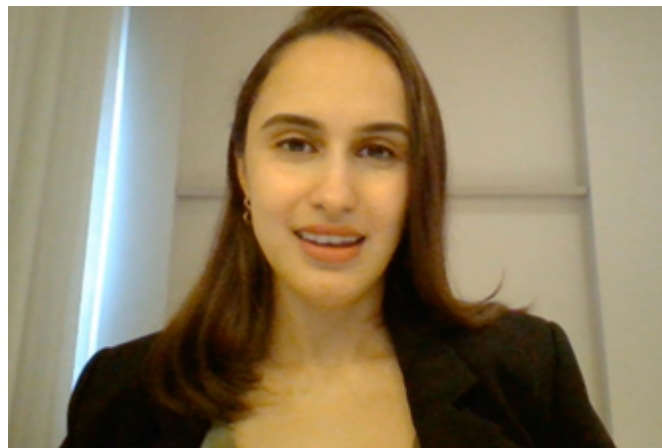
## **Acesso à conexão está no radar da Aneel e MME, que abrem consultas públicas**

A Aneel deliberou pela abertura da Consulta Pública 52/2022 para subsidiar a análise de impacto regulatório sobre acesso à rede de transmissão, diante da expansão de geradores renováveis eólicos e fotovoltaicos, movimento apelidado de “corrida do ouro”. A Aneel quer ajustar a regulação frente à crescente demanda de projetos de geração oriundos dessas fontes, buscando equacionar o problema estrutural de acesso ao sistema de transmissão, por meio do uso eficiente da rede e adequada alocação de custos, simplificando o processo de acesso e definindo critérios objetivos para determinar a viabilidade do acesso. As contribuições poderão ser enviadas até o dia 06.01 via formulário eletrônico.

No dia 03.11, o MME também abriu consulta pública, que inclui minuta de portaria, que propõe a regulamentação das diretrizes para o procedimento competitivo que vai orientar a contratação de margem de escoamento para acesso ao SIN – denominado pela sigla PCM. O procedimento proposto tem como objetivo promover maior eficiência na alocação dos recursos de transmissão, cujo acesso tem sido limitado. A CP recebe contribuições até 05.12. Após a conclusão dessa CP e publicação da portaria, o MME publicará outra portaria com a sistemática do procedimento. A perspectiva é realizar o primeiro PCM no primeiro semestre de 2023.

## **Abraceel defende agenda de mercado em AP sobre Agenda Regulatória 23-24 da Aneel**

A Abraceel fez contribuição oral na Audiência Pública 14/2022, que trata da Agenda Regulatória 2023-2024 da Aneel. Yasmin Oliveira, coordenadora de Energia da Associação, parabenizou o novo formato da agenda, que deixa clara a intenção do órgão regulador de conferir mais foco à agenda de trabalho. Além de defender os temas estratégicos já presentes no documento, bastante alinhados às bandeiras da associação, como abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preço, a Abraceel também defendeu dar prioridade a temas que possibilitem transição eficiente para a abertura total do mercado, como melhorias na migração, a regulamentação do serviço de agregação de medição, do suprimento de última instância e produtos-padrão para varejistas. Por fim, foi sugerido que a Aneel deixe claro quais são os objetivos e motivações de cada tema estratégico, explicando critérios de escolha. A AP foi transmitida ao vivo no YouTube da Aneel no dia 04.11, às 10h.





## **Regras de comercialização: Abraceel pede comunhão para consumidores livres e flexibilidade para órgãos públicos**

No dia 31.10, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 41/2022 da Aneel, sobre as regras de comercialização que entrarão em vigor a partir de janeiro de 2023, defendendo que seja possível a modelagem, como consumidor especial, do consumidor que se enquadre nas condições de ser considerado livre, mas que opte por contratar energia especial. Tal proposta é importante para acabar com restrição na regulação imposta ao consumidor especial, que veda, no âmbito da CCEE, a comunhão de unidades consumidoras classificadas como livres. A Abraceel também apoiou a possibilidade de modelagem de órgãos da administração pública como consumidor especial na CCEE, mesmo que tenham CNPJs distintos, de modo que seja facilitada a migração dessas entidades públicas. A contribuição pode ser lida na íntegra [aqui](#), bem como a versão com destaque das alterações em relação à minuta inicialmente divulgada.

## **Geração distribuída: Aneel abre nova consulta para regulamentar marco legal**

Na reunião pública dia 01.11, a Aneel abriu nova consulta pública para regulamentar o novo marco legal da geração distribuída. Cabe lembrar que a regulamentação da Lei 14.300/2022 está acontecendo em várias frentes na Agência: (i) tratamento da sobrecontratação involuntária e venda de excedentes de energia (CP 31/2022); (ii) aspectos econômicos (CP 50/2022); e (iii)

aspectos técnicos e de faturamento, objeto dessa nova consulta (CP 51/2022). Entre os novos comandos da lei que serão regulamentados nessa consulta pública, valem ser destacados pontos como a regra especial para adesões até 06.01.23 e a redução progressiva do custeio da TUSD. A CP receberá contribuições até 19.12.

## **Em nova consulta, Aneel busca contribuições sobre encargo de potência**

A Aneel aprovou a abertura da segunda fase da CP 61/2021, sobre a regulamentação da contratação de reserva de capacidade em forma de potência. A Abraceel contribuiu na primeira fase, no fim de 2021. Essa segunda etapa tem objetivo de aprimorar a metodologia de rateio do Encargo de Potência para Reserva de Capacidade (ERCAP) entre os consumidores de energia elétrica. Com essa nova fase, a Aneel, segundo o Diretor Relator Hélivio Guerra, busca dar incentivos econômicos para o deslocamento da demanda quando o SIN requerer mais potência. As contribuições podem ser enviadas para a agência reguladora até 19.12.

## **CCEE vai apresentar proposta de assinatura eletrônica aos comercializadores**

Na próxima terça-feira, 08.11, às 15h, a CCEE promoverá reunião com os agentes de comercialização para apresentar sua proposta de assinatura eletrônica em substituição à assinatura digital. A proposta de assinatura eletrônica foi encaminhada pela Câmara à Aneel em julho deste ano e está sendo discutida na Tomada de Sub-

sídios 19/2022. Não é preciso confirmar presença para participar da reunião, basta acessar o [link](#) no horário do encontro.

## **Pacto Nacional: Fórum do Gás propõe harmonização regulatória nos estados**

O Fórum do Gás, com apoio de 15 associações, elaborou documento contribuindo com a discussão sobre o Pacto Nacional, com foco nas diretrizes de harmonização regulatória estadual do gás natural. Os temas prioritários são a regulação do consumidor livre, regulação da comercialização, desverticalização, definição da TUSD, modelo de CUSD, neutralidade de penalidades, acordo operacional e harmonização tributária. O intuito do documento é promover a competitividade do setor de gás por meio da flexibilização das condições regulatórias e contratuais do serviço de distribuição, sem impor prejuízos ou desequilíbrios econômico-financeiros aos concessionários. Acesse [aqui](#) para conhecer a proposta.

## **Gás natural no Ceará: associações pedem suspensão de audiência pública**

Abpip, Ibp, Abrace, Abraceel, Onip e Atgás subscreveram carta solicitando à Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) a suspensão da Audiência Pública 12/2022, que discute as regras de prestação do serviço de distribuição de gás canalizado para os agentes livres e comercializadores e condições para autorização do comercializador. O pedido é pautado no fato de que a minuta de resolução visa regulamentar alguns dos dispositivos da

Lei Estatual 17.897/2022 que deverão ser alterados, pois contêm normas contrárias à legislação federal, gerando sobreposição de regras e afetando os princípios do novo mercado de gás. A carta enviada à Arce pode ser lida [aqui](#). Mesmo com o pedido, a Abraceel irá circular minuta de contribuição com as associadas para a AP 12/2022, cujo prazo para envio de contribuições se encerra em 08.11.

## **Abraceel contribui com a regulamentação do mercado de gás paranaense**

No dia 03.11 a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 06/2022 da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), sobre as regras de configuração dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) no estado, além de endereçar outros aspectos do mercado de gás paranaense. Na contribuição, a Associação sugere que seja reduzido de 12 para 3 meses o prazo mínimo de manifestação à distribuidora de interesse do consumidor em migrar para o mercado livre, sendo esse novo prazo suficiente para adaptação dos contratos de oferta de gás pelo usuário livre e para assegurar a previsibilidade operativa do sistema da concessionária. Além disso, a Abraceel enfatiza a necessidade de definição de um modelo padrão de CUSD, sugerindo redução do prazo para apresentação do modelo padrão para 90 dias. A contribuição pode ser lida na íntegra no site da Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”, bem como a versão com destaque das alterações em relação à minuta inicialmente divulgada. ([link](#))



## Associadas têm desconto em evento sobre o mercado de biogás



Em mais um episódio da série Bahia Energia 22, o tema abordado será negócios e oportunidades no mercado de biogás, explicando a importância do insumo energético, o constante avanço tecnológico e a ampliação da flexibilidade e do uso do biogás no Brasil. O evento será no dia 22 de novembro, das 18h às 19h30, via Zoom. Mais informações serão divulgadas em breve.

## Evento de hidrogênio verde se aproxima e associadas da Abraceel também têm desconto



O Hydrogen Dialogue Latam America tem como meta ajudar o Brasil e a América Latina a acelerar a expansão tecnológica do hidrogênio verde. O evento acontece nos dias 09 e 10.11, tanto presencialmente, em São Paulo, quanto de maneira remota. As inscrições serão encerradas nos próximos dias e as associadas da Abraceel têm 10% de desconto com o código HDLABRACE-EL10. Acesse [aqui](#).

## Lançamento: MBA em gestão de riscos na comercialização de energia

A CCEE, USP e FDTE firmaram parceria para lançar o primeiro MBA em Gestão de Riscos na Comercialização de Energia Elétrica. O curso terá mais de 500 horas letivas, com aulas práticas e foco na segurança de mercado. A primeira turma será lançada no início de 2023 e as matrículas serão abertas em breve. Para entrar na lista de espera e mais informações envie um e-mail para [mba@ccee.org.br](mailto:mba@ccee.org.br).



**Após mais de 40 horas de espera**, o presidente Jair Bolsonaro fez seu pronunciamento sobre o resultado das urnas. Logo no início, disse ao ministro Ciro Nogueira que “vão sentir falta da gente né?”, admitindo implicitamente a derrota. Antes disso, o deputado Arthur Lira e o senador Rodrigo Pacheco, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, se pronunciaram e aceitaram o resultado das urnas.

A tônica, agora, passa a ser o diálogo. Também as avaliações sobre como o presidente eleito vai acomodar sua frente ampla que o levou à vitória nas urnas.

Na próxima semana, as conversas serão fortalecidas. O próprio PSD deve cumprir agenda com o presidente eleito para estudar eventual apoio ao novo governo. O orçamento já está em pauta. Há agendas prioritárias que impactam a configuração orçamentária para o próximo ano. Geraldo Alckmin será o coordenador do governo de transição, que também terá Gleisi Hoffmann e Aloízio Mercadante na equipe, mas subordinados ao vice-presidente.

**Vamos ter um Bloco?** O deputado Elmar Nascimento articula a formação de um grande bloco partidário com 301 deputados para reeleger o deputado Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Casa. Fariam parte PL, PP, União Brasil, PSD, PSDB e Republicanos. Uma vez consolidado, esse bloco teria preferência nos cargos da Mesa, presidências de comissões e o novo Governo dependeria desse grupo para conseguir aprovar suas agendas. Veja [aqui](#).

**Novo governo estuda a PEC da transição** - O novo governo apresentou ao relator do orçamento, senador Marcelo Castro, a proposta de uma PEC para dar destino a despesas prioritárias, por exemplo o “Auxílio Brasil” e o aumento do salário mínimo. A proposta será levada aos presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco e aos líderes partidários. Será um primeiro teste de articulação do governo com o Legislativo. Veja [aqui](#).

**Reforma tributária, reforma administrativa e muito diálogo** – O líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes, já destacou como prioridade para o próximo governo a reforma tributária. Cláudio Cajado (PP-BA), vice-líder do atual governo, destacou a reforma administrativa. Duas pautas relevantes, mas algo em comum esteve nos dois discursos: importância do diálogo. Inclusive Lopes destacou a importância da ponte com o atual



presidente da Casa, Arthur Lira. [Saiba mais.](#)

**Energia em pauta** – Foi aprovada na última terça a urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 365/2022, cujo objetivo é suspender a decisão da Aneel sobre o sinal locacional de transmissão. O PDL é de autoria do deputado Danilo Forte (UB-CE), que aproveitou a oportunidade para relembrar a importância da aprovação do PL 414/2021. Há possibilidade de ser aproveitada essa janela de novembro para deliberação da matéria em Plenário. Novo texto deve ser divulgado nos próximos dias. Acompanhamos.

**Mercado de carbono** – Na próxima semana, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deve debater o PL 412/2022, que regula a compra e venda de créditos de carbono no Brasil. O relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) propôs a instituição do Sistema Brasileiro de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBGE-GEE), onde será estabelecido o plano nacional de alocação de Direitos de Emissão de Gases de Efeito Estufa (DEGEE). Confira [aqui](#).

**E o PL 414?** A janela de oportunidade está desenhada para o mês de novembro. O caminho mais provável deve ser a deliberação diretamente em Plenário. É bem provável que a matéria vença essa etapa na Câmara dos Deputados e destacamos que a última etapa ainda acontece no Senado. Lá, vale relembrar que o senador Marcos Rogério, que relatou a matéria quando era o PLS 232, retomou sua posição de senador após perder as eleições para o governo de Rondônia.





 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**07.11 - Segunda-feira:** Abraceel realiza o evento “Abertura do mercado de energia e o protagonismo do consumidor” para apresentação dos resultados do estudo da EY, às 15h, com participação dos ministros da Economia e Minas e Energia;

Abraceel se reúne com a associada Petrobras para discutir sobre o mercado de gás, às 14h;

Abraceel participa de reunião da CCEE com os agentes de comercialização para apresentar sua proposta de assinatura eletrônica em substituição à assinatura digital, às 15h.

**09.11 - Quarta-feira:** Abraceel se reúne com a consultoria Pezco para apresentação institucional da empresa, às 14h.

**10.11 - Quinta-feira:** Abraceel se reúne com o diretor da Aneel, Ricardo Tilli, para apresentação da proposta da Abraceel de aprimoramento na comercialização varejista, às 10h;

Grupo Técnico se reúne para continuar a debater a Consulta Pública 43/2022 da Aneel, sobre governança na formação de preços, às 15h.